

ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL

STUDENTS WITH DOWN SYNDROME IN SCHOOL: STORIES OF LIFE OF PEOPLE WHO CONCLUDED THE ELEMENTARY SCHOOL

Márcia Duarte¹

Resumo: O artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve como objetivo conhecer e analisar a trajetória escolar de pessoas com síndrome de Down que concluíram o Ensino Fundamental, a partir de seus relatos e lembranças da vida escolar. Em especial, optou-se por refletir acerca do processo de escolarização e apoio da família. Este trabalho contou com a participação de dois adultos com síndrome de Down que concluíram o Ensino Fundamental, residentes em um município de médio porte do interior do estado de São Paulo. Os dados foram coletados por meio de entrevista seguindo um roteiro semiestruturado. Os relatos deixaram transparecer a resistência do direito à educação das pessoas com deficiência, longo percurso de escolarização na classe especial, sem sucesso na aprendizagem e a falta de serviços de apoio da Educação Especial na escola regular ao aluno com síndrome de Down.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Trajetória Escolar; Síndrome de Down.

Abstract: The paper presents results of a research that aimed to understand and analyze the school career of people with Down syndrome who completed primary school, from their stories and memories of school life. In particular, this research was focused on reflection on the process of schooling and family support. This work included the participation of two adults with Down syndrome who completed primary school, living in a medium-sized municipality in the state of São Paulo. Data were

¹ Doutora em Educação Escolar pela UNESP – Araraquara/SP. Professora do Curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos/SP. E-mail: prof.marciaduarte@yahoo.com.br

collected through interviews using a semi-structured guide. The reports shows the resistance of the right to education of persons with disabilities, long journey of education in special classes without success in learning and the deficiency of support services for special education in regular school to a student with Down syndrome.

Keywords: Special Education; Inclusive education; School Career; Down Syndrome.

Introdução

No âmbito das políticas educacionais brasileiras, a educação inclusiva destaca-se enquanto elemento desafiador na democratização do ensino e na garantia do direito do aluno com deficiência à escola. A educação inclusiva se caracteriza como um acesso à educação das pessoas historicamente excluídas em função de sua classe, etnia, gênero, idade e deficiência.

Dentre as várias políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência, que têm norteado a discussão e os movimentos da educação inclusiva, cabe destacar algumas que ressaltam a educação especial e priorizam a escolarização dessas pessoas na escola regular. São elas: Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/ 96 (BRASIL, 1996), Resolução nº 02, de 11 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e o Decreto nº 6949/2009. Documentos legais que trouxeram mudanças educacionais em relação à organização do ensino no Brasil e defenderam os critérios para o atendimento escolar dos alunos com deficiência no ensino regular.

Segundo o artigo 1º do Decreto nº 6949/2009, as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas

barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. O artigo 24 trata da Educação enquanto um direito da pessoa com deficiência, que deve dar-se sem discriminação, ou seja, com igualdade de oportunidades em todos os níveis de ensino, garantindo, assim, o aprendizado ao longo de toda a vida.

Para alcançar esses objetivos, o Estado deve assegurar as condições necessárias para que a deficiência não seja impeditiva ao acesso de crianças, jovens e adultos ao sistema escolar inclusivo de qualidade e gratuito. Além disso, a proposição dessas políticas deve centrar seu foco de discussão na função social da escola.

Verifica-se, portanto, que o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos com deficiência estão respaldados nos documentos oficiais e preconizados como a concretização do direito de todos à educação. É no projeto político-pedagógico que a escola planeja e se posiciona em relação ao seu compromisso com a educação para todos os alunos.

Assim, não se pode garantir de fato a presença de alunos com deficiência na sala de aula e promover sua inclusão mediante, somente, leis que garantam sua escolarização. Para tal cenário é necessário, também, que a escola assuma o papel de possibilitar ações que favoreçam aprendizagem dos conteúdos e interações sociais.

Estudos sobre a inclusão escolar têm apontado que a mesma traz ganhos significativos para o desenvolvimento social e cognitivo de grande parte dos alunos com deficiência, incluindo os alunos com síndrome de Down, personagens alvo deste estudo (VOIVODIC, 2003; SAAD, 2003; ARAÚJO, 2006; DUARTE, 2008).

Segundo Kozma (1986), a síndrome de Down é uma desordem cromossômica que se caracteriza pela existência de um cromossomo extra ou parte de um cromossomo extra, causando uma triplicação ao invés da duplicação do material genético referente ao par cromossômico 21.

Tunes e Piantino (2003, p. 11), referindo-se à síndrome de Down como uma anomalia, uma desordem genética, ressaltam que:

[...] tal defeito não implica, necessariamente, o desenvolvimento de uma deficiência. Apesar de se afirmar como uma dificuldade ou uma barreira para o processo de desenvolvimento comum à maioria das pessoas, ela não é intransponível ou incontornável.

No Brasil, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/ 2000 contabilizou 300.000 pessoas com a síndrome de Down, e calcula-se que, baseado na proporção por nascimento, a cada ano acrescentam-se mais 8.000 pessoas (SILVA e KLEINHANS, 2006).

De acordo com os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2009, no Brasil, havia 639.718 alunos matriculados em Educação Especial, sendo que 251.687 destes estavam matriculados em classe/escola especial e 387.031 em classe regular. Deve-se levar em consideração que os mesmos alunos podem ser matriculados em duas modalidades (BRASIL, 2009).

Especificidades mais frequentes dos alunos matriculados em 2009: 167.858 alunos apresentavam quadro de deficiência intelectual, 56.610 alunos com quadro de baixa visão e 45.916 alunos com deficiência física. Em relação às matrículas de alunos com síndrome de Down, têm-se 17.532 em escola regular e 24.785 em classe/escola especial.

A crescente matrícula das pessoas com síndrome de Down na escola regular, a partir da década de 1990, estimulou pesquisas que permitissem fundamentar a discussão entre a escola especial e a escola regular, numa abordagem científica.

Crianças e jovens com síndrome de Down cada vez mais ingressam na escola regular; no entanto, poucas pesquisas foram realizadas para investigar a trajetória de vida dessas pessoas e verificar se o ambiente edu-

cacional exerce influência no desenvolvimento cognitivo e socioafetivo, por exemplo, nas habilidades de leitura e de escrita e na autonomia.

Cunningham colaboradores (1998), em um trabalho de revisão das matrículas em um período de 35 anos, indicaram uma relação entre melhor desenvolvimento acadêmico e maior autonomia das pessoas com síndrome de Down matriculadas nas escolas regulares. Soma-se, a esse resultado, o encontrado também por Buckley e Sacks (1987, *apud* BUCKLEY, 2002), que indica baixo desenvolvimento acadêmico com pouca ou nenhuma habilidade para leitura, para escrita e para compreensão de números e dinheiro em 90 jovens com síndrome de Down matriculados em escolas especiais. Segundo as autoras, esse estudo foi determinante para o implemento da matrícula nas escolas regulares no condado de Portsmouth, no Reino Unido (BUCKLEY *et al.*, 2002).

A inclusão também foi apontada como fator que favorece o desenvolvimento da linguagem, especificamente na leitura (Bochner *et al.*, 2001), bem como na manutenção das habilidades básicas (leitura, escrita e operações matemáticas simples) após a idade escolar (TURNER *et al.*, 2008).

Os estudos a respeito da síndrome de Down mostram que a trajetória através dos tempos, em relação a essas pessoas, foi permeada por mitos, preconceitos e segregação. Por suas características físicas, como olhos arredondados e puxados para cima, baixa estatura, orelhas e mãos pequenas, eram chamados de mongolóides, devido a algumas semelhanças físicas com os povos da Mongólia.

As pessoas com deficiência foram vistas durante muito tempo como doentes e incapazes, sempre estiveram em situação de desvantagem nos sistemas de ensino e na sociedade.

Dados revelam que há pessoas com deficiência que alcançaram participação social, apesar da histórica negação de direitos, e que exercem

² Sucesso escolar entendido como efetiva participação social na vida adulta.

profissões qualificadas após uma longa trajetória escolar. A produção recente na área nos apresenta pessoas com deficiência que tiveram sucesso² escolar. Carneiro (2008) analisou narrativas de pessoas com síndrome de Down que concluíram o ensino médio e superior.

Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo conhecer e analisar a trajetória escolar de adultos com síndrome de Down que concluíram o ensino fundamental, a partir de seus relatos e lembranças da vida escolar. Em especial, optou-se por refletir acerca do processo de escolarização e apoio da família.

Procedimentos Metodológicos

Participaram deste estudo 2 (dois) jovens/adultas com síndrome de Down que concluíram o ensino fundamental, o pai de uma das participantes e a mãe de outra. O contato com os mesmos deu-se por meio de uma atividade de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

Partindo da abordagem de pesquisa qualitativa, o estudo baseou-se nas histórias de vida relatadas por pessoas com síndrome de Down e seus pais.

As entrevistas foram conduzidas com roteiro semiestruturado focando dois eixos temáticos: processo de escolarização e apoio da família. As entrevistas foram agendadas individualmente com os participantes, juntamente com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As respostas foram transcritas e analisadas por categorias temáticas, destacando-se os trechos que continham relatos da trajetória escolar nos diferentes níveis e modalidades de ensino: educação infantil e ensino fundamental (séries iniciais e finais).

A seguir são apresentados os relatos analisados a partir das questões de pesquisa que motivaram este estudo. Os adultos com síndrome de

Down serão identificados pelos pseudônimos: Mila e Nita, bem como pai de Mila e mãe de Nita.

Resultados e Discussões

Perfil dos participantes

A idade dos participantes Mila e Nita era de 23 e 26 anos, respectivamente, sendo ambas do sexo feminino. Sobre o estado civil, são solteiras. As duas participantes frequentaram classe especial, escola regular, e uma delas frequentou também instituição especial por um ano.

Processo de escolarização

Mila

Mila entrou na escola com três anos e meio, no Centro de Educação e Recreação da rede municipal de uma cidade de porte médio do interior do estado de São Paulo, em classe comum. Após um ano nessa classe, a família foi obrigada a matricular a criança na Classe Especial desse mesmo CER³. Nessa classe, permaneceu por oito anos, e, quando completou 12 anos de idade, foi matriculada em uma Instituição Especial particular, onde ficou um ano e, por motivo de dificuldades financeiras e também por não observar progressos na aprendizagem, a família optou por tirá-la dessa escola. Nos anos de 1999 e 2000 Mila fez aulas de inglês em uma escola de idiomas.

Foi na instituição de ensino/recreação que minha filha foi alfabetizada. Quando completou onze anos de idade, a rede municipal não aceitou mais minha filha como

³ Nessa época, crianças com deficiência eram atendidas em classes especiais até completar 12 anos de idade.

aluna. Passou então, frequentar, uma escola especial particular para crianças com necessidades especiais, mas interrompemos o processo por não termos notado progresso em seu aprendizado (Pai da Mila).

Na instituição especial havia espaço para atividades, oficinas de artesanato, teatro, dança, etc, mas, a parte pedagógica para alfabetização não era o foco e quase não existia (Pai da Mila).

Segundo Bueno (2001), grande parte dos alunos que apresentam alguma deficiência são excluídos da escola ou nela permanecem por longo tempo, com pouco ou quase nenhum progresso na aprendizagem.

Mila frequentou a classe especial durante oito anos da rede municipal e por um ano uma instituição especial. Logo que a família obteve conhecimento sobre a educação inclusiva, Mila foi matriculada no ensino regular, aos 16 anos de idade, na 1ª série do Ensino Fundamental, em uma escola da rede pública regular e, no ano de 2006, concluiu a 4ª série nessa mesma escola. No ano de 2012 a aluna ingressou no 2º ano do ensino médio.

Nita

Nita entrou na escola com 4 anos e 8 meses, na Classe Especial de um Centro de Educação e Recreação da rede municipal de uma cidade de porte médio do interior do estado de São Paulo. Nessa classe, permaneceu até completar 12 anos de idade. No ano seguinte, foi encaminhada para uma Classe Especial da rede estadual, permanecendo nessa classe por mais três anos.

Desde os quatro anos de idade minha filha começou a ir ao parque infantil na sala especial, onde permaneceu até os doze anos. Saindo do parque infantil, consegui matrícula em uma escola da rede estadual, permanecendo dos 12 aos 14anos (Mãe da Nita).

A classe especial foi muito bom, minha filha saiu dela

alfabetizada e sabendo escrever, ali sim acho que existia um pouca da inclusão no horário de brincar eles interagiam com todos da escola (Mãe da Nita).

No final desses três anos de trajetória na classe especial da rede estadual de ensino, Nita foi avaliada por um profissional da Educação Especial da referida rede e recebeu o encaminhamento de matrícula para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. A família não aceitou matricular a filha na instituição e foi procurar o conselho tutelar para garantir a matrícula em uma escola da rede comum.

[...] a direção da escola da rede estadual fez uma avaliação na minha filha e a educação especial do Estado me comunicou que ela iria para a APAE, não aceitei pedi para que me mostrassem a avaliação feita com minha filha e me negaram. Entrei com o conselho tutelar e consegui matricular minha filha em outra escola da rede pública, onde cursou a quinta série.

É importante destacar que a procura da mãe de Nita pela defesa do direito de todos estarem dentro da escola comum, sem nenhuma discriminação, conforme prevista na legislação brasileira, garantiu o direito da matrícula da filha na escola do ensino regular.

Com 15 anos de idade, foi matriculada na 4ª série do Ensino Fundamental da rede estadual e no final do ano letivo foi aprovada para a 5ª série. Permaneceu nessa escola por um ano. Por opção da família, Nita foi matriculada novamente na 5ª série de uma escola adventista da rede particular, pois, segundo a mãe a filha precisava aprender mais os conteúdos daquela série. Nessa escola Nita repetiu a 5ª série e, depois, passou pelas séries seguintes até terminar o Ensino Fundamental.

Eu comecei a perceber que os professores não estavam nem aí, por isso troquei minha filha de escola, agora para rede particular. Nesta escola, minha filha pelo

menos conseguia copiar as matérias da lousa, assim cursou até o oitavo ano (Mãe da Nita).

O relato da mãe de Nita evidencia a dificuldade que os pais enfrentam ao matricularem seus filhos em uma escola regular, a resistência da gestão e dos professores em aceitá-los, bem como o despreparo de muitos professores por não saberem lidar com a inclusão de alunos com síndrome de Down. Apesar disso, Nita relata que:

A escola é muito importante para mim porque têm professores, diretora, colegas e aprendemos com eles. A escola é boa (Mãe da Nita).

As práticas pedagógicas nas escolas regulares não existem para o aluno com síndrome de Down, o espaço da escola é ótimo só falta preparação dos professores e apoio da Educação Especial. Já Instituição Especial não conheço, mas também não indico para nenhuma pessoa com síndrome de Down (Mãe da Nita).

Apesar da escola não estar preparada e não garantir apoio com professores especializados, os benefícios da escola regular com a inclusão foram positivos para o desenvolvimento da minha filha. Mas tenho certeza que ela só conseguiu concluir o ensino fundamental por causa do apoio de um professor particular que ela recebia na minha casa (Mãe da Nita).

Na escola comum, a inclusão social é ótima e funciona. Os funcionários, professores, alunos e a direção fazem tudo o que podem para que isso ocorra, mas não há ainda um programa especial de apoio paralelo ao currículo regular, que dê suporte extra pedagógico para o aluno com necessidade especial mental. Assim como não há um programa especializado para preparo e treinamento dos professores (que, na realidade, acabam fazendo milagre). Se houvesse essa preocupação, a inclusão seria total sucesso, pois já é boa, mas, do jeito que está o aluno especial que dá conta de acompanhar

os normais continua a estudar, mas o aluno que não dá conta se frustra e desiste (e pelo que tenho notado, podem ser a maioria, quando chegam lá pela 7ª ou 8ª séries)(Pai da Mila).

Os relatos permitem observar que as famílias enfrentam dificuldades ao querer matricular seus filhos em uma escola regular. A resistência da escola em aceitá-los e o despreparo dos professores para lidarem com a inclusão das pessoas com síndrome de Down são evidentes.

As duas participantes, bem como o pai e a mãe das mesmas, cada qual com seu estilo singular de viver e de relatar, evocam suas lembranças carregadas de significados e sentidos, provocando em quem os escuta momentos de surpresa, em função das dificuldades relatadas.

É interessante observar características similares e outras tantas diferentes nas duas histórias. A característica similar mais evidente é a síndrome de Down; porém, cada participante teve uma trajetória peculiar de desenvolvimento, que se construiu na trama de relações estabelecidas ao longo de suas vidas escolares.

Analisando a trajetória escolar das duas participantes, verificou-se que Mila permaneceu durante oito anos na classe especial e por um período de um ano em uma escola especial, e passou a frequentar o ensino regular aos 16 anos de idade, matriculada em uma classe de 1ª série do Ensino Fundamental. Nita cursou a classe especial por um período de 12 anos, e foi encaminhada diretamente para matrícula em uma classe da 4ª série do Ensino Fundamental, com 15 anos de idade, sem passar pelas séries anteriores do ensino regular.

Identifica-se a escolarização no ensino regular como um importante elemento constitutivo dessas pessoas. A entrada de cada uma delas na escola deu-se de maneira peculiar; porém, é interessante pontuar que as duas iniciaram sua escolarização na Educação Infantil, em uma classe

especial de um centro de recreação.

Os resultados apontaram que a classe especial contribuiu muito pouco para a aprendizagem e socialização das jovens com síndrome de Down. Na perspectiva desses pais, o ensino especial não foi proveitoso, tanto em relação à aprendizagem quanto na socialização, pois seus filhos permaneceram durante muitos anos nessas classes e não tiveram domínio da leitura e escrita, além de uma convivência social bastante restrita, conforme o relato a seguir:

essas classes não deveriam existir, pois não auxiliam na inclusão” (Mãe da Nita).

Portanto, a escolarização em escolas regulares, presente nas duas histórias, ainda que de maneiras muito particulares, pode ser compreendida como um importante elemento na constituição dessas pessoas, pois certamente contribuiu para que elas se constituíssem como pessoas que se expressam bem, para que entrassem no mercado de trabalho e se colocassem como autores e atores de suas histórias, com consciência de seus lugares sociais como pessoas com síndrome de Down.

Contexto familiar e apoio

A opção por este eixo temático de análise não se prende somente ao fato de já ter sido comprovado que a família influencia nas trajetórias escolares de toda e qualquer pessoa. Além dessa razão, no caso dos participantes em tela, dadas suas limitações, a família permanece como apoio e busca recursos para melhorar o desenvolvimento de seus filhos.

Um aspecto presente nos relatos dos participantes foi o apoio da família desde o nascimento do filho com síndrome de Down.

[...] é a minha 5ª filha. Ela tem quatro irmãos, muito ativos, com a diferença de um ano e meio de idade entre cada um dos cinco filhos. Ela foi naturalmente muito estimulada em casa. Nós, os pais, lemos muito sobre síndrome de Down quando ela nasceu e pudemos utilizar de todos os recursos que tínhamos na época, para estimulação (estimulação precoce por meio de exercícios físicos com médicos especializados, fonoaudiologia, etc) (Pai de Mila).

Pode-se verificar que a atuação da família diferenciou-se desde a mais tenra idade, resultando em melhores oportunidades de desenvolvimento e de escolarização, conforme relatado:

Minha filha tem uma rotina normal como a de qualquer ser humano. Acorda de manhã, tem seus afazeres de casa como colocar em ordem seu quarto, frequenta a psicóloga e fonoaudióloga, faz aula de violão, academia, e no momento está trabalhando em uma biblioteca de uma universidade particular como auxiliar de portaria no período da tarde (mãe da Nita).

Frequentamos uma igreja que é maravilhosamente rica em estímulo a leitura, atividades, dança, teatro, música, coral, aulas, atividades em grupo, cultura, etc. Minha filha sempre foi exposta a tudo isso e adorava aprender e fazer parte de todas as atividades, ela canta em corais e sabe reger música, chegou a participar de uma peça teatral que fez apresentação no Programa da Xuxa, no Projac, Rio de Janeiro. Ela tem paixão pelos estudos, não é preciso estimulá-la. Ela faz tudo o que tem que fazer, sozinha: lê, pesquisa, busca recursos na internet, resume, digita, imprime, etc. Eu sempre viajei muito, a trabalho, pelas capitais e muitas cidades do Brasil. A maioria das vezes, eu levava Mila comigo. Isso enriqueceu muito seu conhecimento de lugares, da geografia, cultura, etc. Ela está acostumada a viagens de avião, navio e a ficar em grandes hotéis pelo Brasil afora. Em casa ela me ajuda com a roupa, arruma

cozinha, arruma a casa, etc. Por três anos, antes de começar o colegial, ela trabalhou no comércio, como ajudante em um varejão, vendendo frutas e verduras e ajudou muito no serviço de secretária em uma escola onde eu dava aula (Pai de Mila).

Por meio dos depoimentos dos participantes pode-se detectar que a família sempre oportunizou contatos sociais e uma educação com deveres a serem cumpridos, para estimular uma vida com maior autonomia e independência para seus filhos. Dessa forma, conclui-se que a família tem papel importante no desenvolvimento das pessoas com síndrome de Down. Neste estudo, ficou evidente que os pais não delegaram à escola a educação e formação de seus filhos, sendo eles os responsáveis pelas situações de interação social e escolar.

As histórias de vida narradas pelos participantes da presente pesquisa, além de outras, como a de Lúcio (Tunes; Piantino, 2003), como a de Aline, Karin, Iara e as histórias de Ivan, Paula e León (Carneiro, 2008), e outras mais ainda não tornadas públicas, têm mostrado que todas as pessoas se constituem no plexo de aspectos biológicos e sociais.

É importante destacar as diferenças entre os contextos em que cada participante viveu seu processo de escolarização até a conclusão do Ensino Fundamental. Mila e Nita vivem o início de escolarização nos anos 80, momentos no Brasil marcados por experiências de integração escolar de alunos com história de deficiência. É evidente a luta empreendida pelas famílias de Mila e Nita, em conseguir espaços inclusivos. Sabe-se que, mais do que a carga genética, o desenvolvimento das pessoas com síndrome de Down depende do contexto cultural oferecido.

Neste estudo foram apresentadas duas histórias de vida, mas há mais pessoas com síndrome de Down, no Brasil e em outros países, chegando à universidade, tendo êxito no Ensino Médio e em outros níveis de escolarização. Segundo Carneiro (2008), essas histórias precisam ser conhecidas,

pois podem constituir-se como estratégia para desmitificar a ideia de que a deficiência intelectual é uma das características da síndrome Down.

Sabe-se que o que define o limite do atraso, a deficiência intelectual, não é a síndrome de Down, mas a ausência de apoio pedagógico adequado.

A síndrome de Down foi considerada, durante muitas décadas, como uma deficiência intelectual severa, com prognóstico impreciso e negativo, que implicou uma visão distorcida e pessimista sobre aqueles que apresentam essa alteração genética. À medida que novas pesquisas foram surgindo, verificou-se que existem pessoas com essa síndrome em que o atraso cognitivo é tão pequeno que se encontram no limite da normalidade, e outros em que a deficiência intelectual se manifesta com um grau mais comprometido; no entanto, é porque essa síndrome tem associada uma patologia de caráter neurológico ou porque o aluno se encontra isolado e privado de um contexto cultural, familiar e escolar rico em estimulações.

Considerações Finais

Com objetivo de conhecer a trajetória escolar de pessoas com síndrome de Down que concluíram o Ensino Fundamental, e refletir acerca do processo de escolarização e apoio da família, ficou evidenciado, pelos relatos, que foi longo o processo de escolarização, na classe especial, dos jovens com síndrome de Down e, mesmo assim, não obtiveram sucesso na aprendizagem de leitura, escrita e outros conteúdos. Ficou ressaltado, também, que o percurso para escolarização foi marcado por lutas e desafios no ingresso na escola regular.

A classe e a instituição especial, que deveria garantir-lhes a superação das dificuldades e a entrada com sucesso e permanência na escola regular, funcionaram como um mecanismo eficiente de exclusão, pois, aparentemente, garantiram a entrada das duas jovens na escola, mas não lhes ofereceram possibilidades concretas de aprendizagem dos conteúdos escolares.

Os relatos dos participantes evidenciaram que, mesmo com a garantia da educação das pessoas com deficiência na escola comum, essas pessoas ainda enfrentam muitas dificuldades no processo de inclusão escolar.

Os resultados revelam também que outra queixa dos pais é que somente a inclusão não é o suficiente, pois ressaltam que deveriam existir programas especiais dentro das escolas, para dar suporte a seus filhos, pois a falta desses serviços faz com que os jovens tendam a desistir dos estudos. Concluem que “*não bastam estar incluídos*”, pois devem ser proporcionados, também, métodos eficientes de aprendizado, que estimulem a continuidade e a permanência na escola.

Não há uma padronização rígida na escolarização dos participantes. Na verdade, são trajetórias escolares diferentes e que guardam suas singularidades.

Portanto, mesmo considerando-se as singularidades das trajetórias nas duas histórias, observa-se que os processos de escolarização produziram pessoas que foram capazes de aprender e conquistar espaço no mercado de trabalho, na escola e na sociedade.

Dessa forma, estudos futuros acerca da temática devem ser propostos para ampliar o escopo de conhecimento na área e auxiliar possíveis intervenções na escola e na família, que possam cada vez mais favorecer os aspectos sociais e escolares do desenvolvimento das crianças, adolescentes e adultos com síndrome de Down.

Referências

ARAÚJO, C. A. **Necessidades da criança com síndrome de Down em classe comum de escola regular particular**: estudo de caso de uma criança no município de Embu das Artes. 2006 155f. Dissertação (Mestrado), Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2006.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 11 jan. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Parecer n.º 17*, de 3 de julho de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n.º 2**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, 14 de setembro de 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Decreto nº 6949/2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: out. 2009.

BOCHNER, S.; OUTHRED, L.; PIETRESE, M. A study of functional literacy skills in Young adults with Down syndrome. *Intl. J. Disability Dev. Educacion*, 48, 67-90, 2001.

BUCKLEY, S.; BIRD, G.; SACKS, B.; ARCHER, T. A comparison of mainstream and special education for teenagers with Down syndrome: implication for parents and teachers. **Down Syndrome News and Update**, 2 (2), 46-54, 2002. Disponível em: <<http://www.downsyndrome.net/library/periodicals/dsnu/02/02/>>.

BUENO, J. G. A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. **Temas sobre Desenvolvimento**, São Paulo, V. 9, n. 54, p. 21-27, 2001.

CARNEIRO, M.S.C. **Adultos com síndrome de Down: a deficiência mental como produção social**. Campinas/SP: Papirus, 2008.

CUNNINGHAM, C.C.; Glenn, S.; Lorenz, S.; Cuckle, P. & Shepperdson, B. (1998). Trends and outcomes in educational placements for children with Down syndrome, **Eur. J. Special Needs Educ.**, 13 (3), 225-237.

DUARTE M. **Síndrome de Down: Situação Escolar no Ensino Fundamental e Médio da cidade de Araraquara-SP.** 2008. 181f. Tese (Tese de Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

KOZMA, C. What is Down syndrome? In STRAY-GUNDERSEN, K. (Org.) **Babies with Down syndrome – a new parent guide** (pp.1-21). USA: Woodbine House, 1986.

SAAD, S. N. **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação às pessoas com síndrome de Down.** São Paulo: Vetor, 2003.

SILVA, M. F. M. C.; KLEINHANS, A.C.S. Processos Cognitivos e Plasticidade Cerebral na síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 12, 123-138, 2006.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down.** Petrópolis: Vozes, 2004.

TUNES, Elizabeth; PIANTINO, L. Danezy. **Cadê a Síndrome de Down que estava aqui?O gato comeu...:** o Programa da Lurdinha. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

TUNES, E.; PIATINO, L. D.; Predictors of academic attainments of Young people with Down's syndrome. **J. Intellectual Disability Res.**, 52 (5), 380-392, 2008.